

 <https://doi.org/10.56344/2675-4827.v7n3a2025.41>

## **Violência de gênero contra mulheres: desafios na formação e capacitação dos profissionais médicos**

Caio Eduardo Bonafé<sup>1</sup>, Beatricce da Hora Rocha Bessa<sup>1</sup>, Gustavo Viotto Berto<sup>1</sup>, Maria Eduarda Garcia Martins<sup>1</sup>, Ronaldo Jesus dos Santos<sup>1</sup> Carolina Beatriz Cunha Prado<sup>2</sup>

**Introdução:** A violência contra a mulher no Brasil é um problema histórico e estrutural, alimentado por fatores culturais, socioeconômicos e patriarcais que se manifestam em ambientes domésticos e públicos e têm profundas consequências para a saúde da população. Essa violência representa um fenômeno de grande relevância no campo da saúde pública atual, que deve ser enfrentada por meio de ações intersetoriais (saúde, segurança, educação e assistência social), interprofissionais e multi-institucionais, tendo o Sistema Único de Saúde (SUS) como uma das principais portas para o acolhimento das vítimas. Os profissionais de saúde, muitas vezes, são os primeiros a ter contato com essas mulheres que apresentam feridas profundas, no corpo e na alma, e por isso, devem estar preparados para atender, acolher, orientar e proteger suas pacientes, porém, a inexperiência do profissional, a formação humanística e social deficiente, as questões éticas envolvendo o sigilo e a imparcialidade profissionais e até mesmo preconceitos e crenças que levam à culpabilização e responsabilização das vítimas pela situação de violência prejudicam a qualidade e eficiência do atendimento e levam a invisibilidade do problema. **Objetivo:** Identificar na literatura quais os desafios para os profissionais médicos no atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura incluindo artigos publicados em língua portuguesa disponíveis no repositório de revistas Scielo, utilizando os termos DeCS: Violência contra a Mulher e Ética Médica. Foram selecionados os estudos que

<sup>1</sup>Acadêmicos do Curso de Medicina do Centro Universitário Barão de Mauá.

<sup>2</sup>Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: carolina.cunha@baraodemaua.br

respondiam a pergunta de pesquisa: “Quais os desafios para os profissionais médicos no atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero no Brasil?”. **Resultados e Discussão:** O enfrentamento da violência contra a mulher nos serviços de saúde apresenta diversos desafios como, por exemplo, a grande subnotificação de casos, o que ocasiona a invisibilidade da violência de gênero. Mesmo a notificação desses agravos sendo obrigatória, ainda é observável a subnotificação, que pode ser causada por inconsistências dos registros realizados, inexperiência dos profissionais que o realizam e por inúmeros fatores sociais, tais como, a aceitação da violência por parte da vítima ou o julgamento incorreto da situação por parte do profissional. A notificação adequada dos casos de violência é uma tarefa imprescindível para o planejamento da assistência às vítimas e para a construção de políticas públicas que visem otimizar o atendimento e acolhimento das vítimas e embasar estratégias para prevenção e combate à violência, mapeando as populações mais vulneráveis e os tipos de violência mais comuns a estas. Observa-se que muitos profissionais têm dificuldade de perceber o paciente em sua totalidade (corpo, mente e espírito), limitando-se a tratar os sintomas e desconsiderando os fatores sociais, econômicos, culturais e as motivações e condições de vida das vítimas. Além disso, violência de gênero configura grave violação de direitos humanos e exige do médico, no âmbito do SUS, postura ética pautada em respeito, empatia e competência. O atendimento às vítimas demanda equilíbrio entre confidencialidade e obrigação legal de notificação, garantindo sigilo sem comprometer a proteção. Profissionais devem atuar sem julgamentos, acolhendo, avaliando riscos e oferecendo intervenções seguras, respeitando a autonomia da paciente e seu direito à informação. Um dos grandes entraves está na formação acadêmica excessivamente tecnicista e fortemente voltada para aspectos biológicos em detrimento às questões sociais, psicológicas e humanísticas o que dificulta a identificação e notificação de casos, violando o princípio da justiça. Os currículos de medicina, que abordam superficialmente a violência de gênero, devem ser ampliados para incluir o olhar apurado sobre os sinais de abuso (físico e psicológico), a comunicação terapêutica como instrumento do cuidado, a centralidade do sujeito (neste caso, a vítima), os aspectos legais e o trabalho interprofissional. Além da formação inadequada, a capacitação e atualização dos profissionais médicos que atuam nas portas de entrada do SUS (pronto-

atendimentos, Unidades Básicas de Saúde, Serviços móveis de urgência, dentre outros) e que lidam cotidianamente com as vítimas de violência é igualmente importante e pode suprir a carência da formação. O profissional deve conhecer, colocar em prática e pautar suas decisões clínicas em normatizações e políticas, tais como, a Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS), a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM com o objetivo de oferecer atendimento qualificado, resolutivo e que coloque a mulher no centro do cuidado, respeitando os princípios da autonomia, justiça, não-maleficência e beneficência. É importante ressaltar que a negligência por parte dos gestores do SUS também representa um grande obstáculo. O SUS surgiu com a ideia de superar a fragmentação dos serviços e estabelecer parcerias para diversas ações, como o combate à violência. Porém, a rede não é totalmente capacitada e integrada, o que dificulta sua plena funcionalidade, tendo enormes desafios para garantir a integralidade do cuidado às mulheres vítimas de violência. Muitos espaços de atendimento à vítima apresentam diversas inequações, como falta de privacidade e falta de acolhimento, empatia e resolutividade devido a capacitação profissional negligenciada. **Conclusão:** Portanto, percebe-se a importância para o sistema de saúde que os profissionais médicos saibam lidar com empatia, respeito e acolhimento com as mulheres vítimas de violência de gênero e a reconhecê-la e notificá-la como um agravo de natureza social que gera enormes consequências na sociedade. É imprescindível incentivar a reflexão e a adoção de mudanças nos currículos do ensino médico e na capacitação e atualização dos profissionais já formados, visando uma formação mais completa e sensível às questões humanas e sociais, que coloquem a paciente no centro do cuidado e das decisões. Cabe ressaltar também, a necessidade de fortalecer as redes intersetoriais para melhorar o atendimento à vítima, combater os casos de subnotificação e propor estratégias e políticas para o combate à violência de gênero.

**Palavras-chave:** Violência contra a Mulher. Educação Médica. Ética Médica.

**Conflito de interesse:** Os autores não têm conflitos de interesse a divulgar.

## REFERÊNCIAS

CRUZA, N. M. Trajetórias Atuais Da Gestão Do Sus No Enfrentamento À Violência De Gênero: Uma Revisão Narrativa. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Feira de Santana, v. 2, n. 45, p. 160-171, jun. 2021.

LEITE, A. DE C.; FONTANELLA, B. J. B. Violência doméstica contra a mulher e os profissionais da APS: Predisposição para abordagem e dificuldades com a notificação. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 2059, 2019.

PEDROSA, C. M.; SPINK, M. J. P. A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 124-135, 2011.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

VILLELA, W. V. *et al.* Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 113-123, 2011.